

DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADE NA ESCOLA: UMA PROPOSTA DA TERAPIA OCUPACIONAL

Joana Rostirolla Batista de Souza; Beatriz Prado Pereira

Universidade Federal da Paraíba (UFPB) - joana.rostirolla@gmail.com

Resumo

Com o apoio dos pressupostos teórico-metodológicos da terapia ocupacional social e da educação para a liberdade defendida por Paulo Freire, as *Oficinas de Atividades* têm se constituído como uma tecnologia social de aproximação, (re)construção de projetos e ampliação de redes de suporte junto a jovens advindos de grupos populares urbanos em situação de vulnerabilidade social. Por meio das atividades, é possível proporcionar o aprendizado e o reconhecimento de necessidades do sujeito e o desenvolvimento da capacidade do mesmo para buscar soluções próprias e criativas para suas questões. Criam-se, então, potenciais espaços de experimentação e aprendizagem, em que cada participante se torna um ser ativo no processo de construção de subjetividade. O objetivo deste trabalho foi relatar uma experiência que propõe intervenções da terapia ocupacional calcadas na defesa dos direitos humanos e da diversidade nas escolas públicas brasileiras. Discute-se a proposição de *Oficinas de Atividades* com crianças e adolescentes no interior de escolas no município de João Pessoa-PB, caracterizadas por intervenções que buscam o exercício de metodologias participativas, fundamentadas na defesa de direitos que compõem a cidadania. Entre março e maio, visitamos as turmas de 7º e /ou 8º ano das escolas do ciclo 2, e 4º e/ou 5º ano das escolas do ciclo 1. A atividade desenvolvida consistiu em uma proposta dinâmica e corporal. Os estudantes de terapia ocupacional se dividiram em grupos e, nas salas de aula, coordenaram a atividade. Os coordenadores lançavam orientações e, de acordo com as identificações de cada participante, este tinha que se movimentar na sala. O público-alvo foram crianças e adolescentes, meninos e meninas. Professores/as também puderam participar da atividade. Os encontros e os processos ali construídos foram se constituindo como uma tecnologia social de aproximação com foco nos temas relativos aos direitos sociais, aos direitos humanos e à diversidade. A vivência na dinâmica possibilitou um processo reflexivo coletivo na direção de proporcionar sensibilização para uma maior conscientização em relação aos temas tratados, no contexto das problemáticas contemporâneas. Além de promover um maior contato e convivência entre os próprios alunos e alunas, em um espaço prazeroso de sociabilidade e trocas. Ao final da atividade, os participantes recebiam um papel em formato de folha de árvore, neste eles podiam escrever sua opinião sobre as atividades, o que aprenderam de novo e/ou colocar sugestões. De forma geral, os alunos mencionaram ter sido um momento de aprendizagem, respeito e alegria. A experiência constituiu um papel de intervenção, ao mesmo tempo que de formação dos próprios estudantes de terapia ocupacional, pois, ao se capacitarem para discutir tais temáticas, também passaram por um forte processo de sensibilização, desconstrução e reconstrução. Assim, puderam estabelecer um processo crítico e reflexivo intenso até mesmo sobre a própria formação no que concerne a essas temáticas e aos direitos humanos, uma questão contraditoriamente central para a terapia ocupacional, e para a sociedade.

Palavras-chave: Terapia ocupacional social, educação em Direitos Humanos, diferença, oficinas de atividades, tecnologias sociais.

Introdução

A terapia ocupacional é um campo de conhecimento e de intervenção que, no Brasil, atua nas áreas da educação, saúde e na esfera social; por meio do trabalho com pessoas, grupos ou

comunidades, reunindo tecnologias orientadas para a emancipação, autonomia participação e inserção social, dos sujeitos individuais e coletivos (USP, 1997).

Especificamente na área da educação, o terapeuta ocupacional junto aos demais profissionais, consegue oferecer um importante apoio para a inclusão social de crianças, adolescentes e jovens, buscando atender à necessidade contemporânea de desenvolvimento e ampliação de alternativas de prevenção às situações de vulnerabilidade e violência, por meio da educação e da defesa da cidadania.

Considerando o papel da escola como, também, de proporcionar os processos de emancipação e autonomia dos sujeitos envolvidos, o desafio vai na tentativa de buscar formas de transformar-se para realizar sua função na produção e difusão do conhecimento acumulado pela história e na formação de sujeitos autônomos, deixando de produzir diferenças e lidando com a diversidade que lhe é inerente. Uma escola que pode oferecer a oportunidade de rompimento com a lógica da dominação, passando a ser um lugar de expressão, de subversão e de criação (BORDIEU, 1998).

A história da educação brasileira é marcada por processos historicamente já enraizados na sociedade como a evasão, repetências, violência e uma série de outros fatores negativos que são geralmente classificados como “*fracasso escolar*”. Ao assumir a diferença e as diversidades existentes, a escola pode repensar e desconstruir o que no senso comum passa a ser compreendido como fracassos individuais quando, na verdade, o fracasso escolar reporta-se, envolve, debates sobre: aprendizado, eficácia dos docentes, serviço público, igualdade de oportunidades, recursos que o país deve investir em educação, os modos de vida, o trabalho da sociedade e as formas de cidadania (PATTO, 1990; CHARLOT, 2000).

Entendendo a escola enquanto um local importante que possibilite o acesso aos direitos humanos e sociais, partilha-se com toda a comunidade escolar o objetivo maior de tornar uma educação pública e para todos considerando as questões relacionadas aos direitos humanos como centrais para a terapia ocupacional e para a escola. É importante ressaltar que a Educação em Direitos Humanos deve ser tema transversal, abordado de maneira variada durante toda a Educação Básica e de nível superior no Brasil (BRASIL, 2012).

Com o apoio dos pressupostos teórico-metodológicos da terapia ocupacional social e da educação para a liberdade defendida por Paulo Freire, as *Oficinas de Atividades* têm se constituído como uma tecnologia social de aproximação, (re)construção de projetos e ampliação de redes de

suporte junto a jovens advindos de grupos populares urbanos em situação de vulnerabilidade social (LOPES et al., 2014).

A terapia ocupacional social, uma subárea que se estabeleceu desde a década de 1970, se volta para o desenvolvimento de ações pela busca da emancipação e autonomia dos sujeitos, individuais e coletivos, para o acesso aos direitos sociais dos mesmos. Parte do pressuposto de que o terapeuta ocupacional pode mediar o processo de acesso a alguns bens sociais e as possibilidades de participação autônoma na vida social (MALFITANO, 2016).

A especificidade da terapia ocupacional social se dá a partir do uso de uma metodologia destinada à atuação com grupos populacionais próprios, implementando ações embasadas em referenciais das ciências humanas e operando em diferentes setores das políticas sociais, inclusive no da Educação (MALFITANO, 2016).

Portanto, o objetivo deste trabalho foi relatar, em síntese, uma experiência que propõe intervenções da terapia ocupacional calcadas na defesa dos direitos humanos e da diversidade nas escolas públicas brasileiras. Discute-se a proposição de *Oficinas de Atividades* com crianças e adolescentes no interior de escolas no município de João Pessoa-PB, caracterizadas por intervenções que buscam o exercício de metodologias participativas, fundamentadas na defesa de direitos que compõem a cidadania.

Metodologia

Dentre os recursos e tecnologias sociais utilizadas pela terapia ocupacional estão as oficinas de atividades, as dinâmicas e projetos, os acompanhamentos singulares e territoriais e a dinamização da rede de atenção (LOPES et al., 2011). Neste trabalho nos ateremos às oficinas de atividades, as quais foram o recurso mediador da proposta desenvolvida em escolas públicas de João Pessoa.

Por meio das atividades, é possível proporcionar o aprendizado e o reconhecimento de necessidades do sujeito e o desenvolvimento da capacidade do mesmo para buscar soluções próprias e criativas para suas questões. Criam-se, então, potenciais espaços de experimentação e aprendizagem, em que cada participante se torna um ser ativo no processo de construção de subjetividade – um ser da práxis, da ação e da reflexão (LOPES et al., 2011). E foi exatamente isto que pudemos experimentar e vivenciar na experiência de que se trata este trabalho.

No sexto período do curso de graduação em Terapia Ocupacional da UFPB, os alunos cursam a disciplina Áreas de Intervenção da Terapia Ocupacional e Cenários de Prática IV. Trata-se de um componente teórico-prático, dividido de forma que os estudantes construam o raciocínio da terapia ocupacional social e da educação.

No primeiro semestre de 2017, as práticas na educação consistiram em ações em 12 das 13 escolas municipais do Polo 1 de João Pessoa – a partir de uma parceria estabelecida com a Diretoria de Gestão Curricular, Secretaria Municipal de Educação de João Pessoa (DGC).

Após o estabelecimento da parceria com a DGC, entramos em contato com as escolas para apresentar a proposta para seus/suas gestores/as. Feitas as visitas, elaboramos o cronograma das práticas, de forma que duas escolas por semana eram contempladas, e fizemos o planejamento e a preparação da atividade que teve como tema “Direitos Humanos e Diversidade na Escola”. Entre março e maio, visitamos as turmas de 7º e /ou 8º ano das escolas do ciclo 2, e 4º e/ou 5º ano das escolas do ciclo 1.

A atividade desenvolvida consistiu em uma proposta dinâmica e corporal. Os estudantes de terapia ocupacional se dividiram em grupos e, nas salas de aula, coordenaram a atividade. As crianças ou os adolescentes e os seus professores eram convidados a participar da dinâmica, ficando de pé. Os coordenadores lançavam orientações e, de acordo com as identificações de cada participante, este tinha que se movimentar na sala. É importante ressaltar que, para as crianças, a atividade foi ajustada considerando a faixa etária e seus interesses e habilidades específicos.

O público-alvo foram crianças e adolescentes, meninos e meninas, de escolas públicas e, portanto, predominantemente de camadas populares, do município de João Pessoa. Professores/as também puderam participar da atividade, caso tivessem interesse. Todos ficaram livres para não participar e, por vezes, os professores optaram por não permanecer na sala.

Resultados e Discussão

As orientações iniciavam com: 1) Quem é do bairro “tal” vai para a direita, quem não é, vai para a esquerda; 2) Quem é do sexo feminino vai para a direita, quem é do masculino vai para a esquerda. Em algumas escolas, surgiram curiosidades e discussões importantes sobre a diversidade e desigualdade de gênero, sendo essa a intenção da proposta quando se colocam apenas duas possibilidades de escolha. Em alguns momentos, a questão da identidade de gênero levava a discussões referentes à homofobia, lesbofobia e, até mesmo, à transfobia.

Estrategicamente, intercalavam-se questões reconhecidas como mais polêmicas com diversidades mais “naturalizadas”. Assim, na sequência, as orientações foram em relação à gostos pessoais e diversidade cultural referentes ao: 1) Estilo musical; 2) Estilo literário; 3) Estilo de dança; 4) Esporte preferido; etc. Surgiram, também, oportunidades para a discussão em relação à cultura, ao que se reconhece como cultura ou não, constituindo-se em oportunidades para falar das culturas marginalizadas e desconstruir preconceitos e crenças a este respeito.

Na sequência, as orientações se referiam a questões da diversidade de religião e raça. Inúmeras vezes foi possível presenciar situações de intolerância religiosa, especialmente para com aqueles que se consideram de religiões de matriz africana, mas também para os que se identificaram com o espiritismo e, por vezes, com religiões cristãs. Nesses momentos, todos eram estimulados a se colocarem e a ouvirem o outro, numa oportunidade de desconstruir preconceitos e estigmas.

Conforme as orientações eram dadas, os participantes se movimentavam pelo espaço, se dividindo mais e mais, transitando entre os diversos grupos de afinidades. Em seguida, algumas perguntas foram sendo feitas em relação aos direitos humanos e sociais, pois mesmo com todas as diversidades que apareceram na turma, todos têm direitos iguais: de saúde, de educação, de moradia, de ser respeitado, amar e ser amado. Os estudantes puderam experimentar corporalmente as diversidades entre si e o elo entre todos – os sentidos de ser humano.



Por meio da atividade, estimulou-se o aparecimento de potências, pois os próprios participantes frequentemente apresentavam argumentos e informações desconstruídas acerca de temas polêmicos, favorecendo um espaço de trocas. Além disso, por sermos seres em constante processo de transformação vivenciando preconceitos e estigmas concomitantes a desconstruções e reconstruções, a atividade também estimulou o aparecimento de atitudes preconceituosas e/ou estigmatizantes. O que também é considerado um resultado positivo, considerando que só teríamos a oportunidade de desconstruir tais atitudes a partir do reconhecimento das mesmas em si e no outro.

Sabemos que, no Brasil e nos demais países que mais violam os direitos humanos, este conceito é carregado de ambiguidades e se tornou deturpado. Direitos Humanos são compreendidos pela população em geral como “direito para bandido”, tomando um sentido pejorativo ou excludente (BENEVIDES, s/d). Como reflexo disso, frequentemente essa questão surgiu nas falas dos estudantes.

Os participantes eram chamados para o respeito mútuo à diversidade e às diferenças a todo momento. Os coordenadores da atividade, estudantes de terapia ocupacional, se capacitaram para essas discussões e puderam levar, também, informações e conhecimentos a fim de agregar ferramentas aos estudantes para a aprendizagem e construção individual e coletiva.

Os encontros e os processos ali construídos foram se constituindo como uma tecnologia social de aproximação com foco nos temas relativos aos direitos sociais, aos direitos humanos e à diversidade. A vivência na dinâmica possibilitou um processo reflexivo coletivo na direção de proporcionar sensibilização para uma maior conscientização em relação aos temas tratados, no contexto das problemáticas contemporâneas. Além de promover um maior contato e convivência entre os próprios alunos e alunas, em um espaço prazeroso de sociabilidade e trocas.

Ao final da atividade, os participantes recebiam um papel em formato de folha de árvore, neste eles podiam escrever sua opinião sobre as atividades, o que aprenderam de novo e/ou colocar sugestões. De forma geral, os alunos mencionaram ter sido um momento de aprendizagem, respeito e alegria. De fato, as atividades rompiam com a rotina escolar de alunos sentados ouvindo enquanto um professor, detentor do saber, professava seus conhecimentos.

A atividade era corporal, dinâmica, “barulhenta”. Entretanto, sabemos que é algo difícil de se incorporar nas escolas cotidianamente, em vistas à superlotação, às condições físicas ruins (salas, quentes, pouco ventiladas, com acústica ruim, com isolamento ruim de som), com professores sobrecarregados que, muitas vezes, cumprem dupla ou tripla jornada de trabalho. Mas por se tratar de uma ação pontual, o rompimento do padrão foi possível e favoreceu muito a aproximação e o aparecimento das potências e das fragilidades.

“A aula foi interessante e meio intrigante, foi uma forma de repensar. Os direitos humanos são a interação na sociedade e o respeito” (Participante 1).

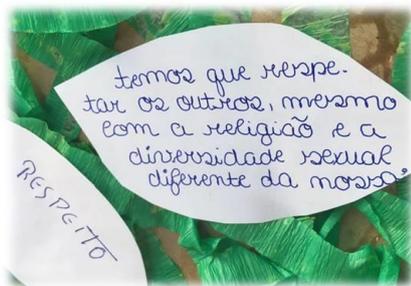
“Este momento foi muito especial, pois aprendemos a respeitar uns aos outros com brincadeiras” (Participante 2).

A terapia ocupacional social na educação, mas precisamente na escola, não tem a intenção de ocupar o papel do professor ou mesmo o ensinar a ensinar. No entanto, o terapeuta ocupacional é capacitado para pensar também a relação humana e o cotidiano. A escola se constitui como um espaço de relações de poder, em que os estudantes vivenciam grande violência - física ou simbólica (LOPES et al., 2011), assim, a escolha de uma atividade que rompa com os padrões pré-estabelecidos leva, por si só, os estudantes e a comunidade escolar a refletirem sobre os mesmos e sobre suas práticas cotidianas.

“Só quero apenas paz mundial e respeito” (Participante 3).

Benevides (s/d) nos lembra que democracia, tolerância, direitos humanos e paz são temas que podem ser entendidos como redundantes. Para a autora, não podemos imaginar democracia sem respeito aos direitos humanos ou democracia com intolerância de qualquer ordem. Também não podemos conceber a democracia sem justiça, uma vez que justiça é uma condição para a paz. Todas essas são, portanto, questões interligadas e interdependentes. Falar de Direitos Humanos na escola e atuar pela paz e pela democracia.

Estes foram alguns dos registros mais marcantes que surgiram e, junto aos demais, foram reunidos em um mural com formato de uma árvore ficando exposto em cada escola por onde passamos.



Conclusões

Diversidade, direitos, desigualdade social, de raça, gênero, religião, cultura – o fato é que os estudantes têm algo a dizer sobre isso. Resta à escola escolher se pretende ouvi-los, entendendo tais questões como essenciais para a formação para o que chamam de “prática social”, um dos objetivos da educação no Brasil (BRASIL, 1996).

Terapeutas ocupacionais podem somar aos demais profissionais hoje inseridos na educação e pensando a escola, como um importante apoio para a inclusão social de crianças, adolescentes e

jovens, e uma possibilidade de rede de suporte social, olhando para o acesso, a permanência e aprendizagem dos mesmos. A partir da educação e da defesa da cidadania, todos esses profissionais podem buscar a prevenção das situações de vulnerabilidade e violência, dentro e fora das instituições escolares.

Não trazer à tona a temática da diversidade e da diferença pode silenciar, “abafar”, violências e validar processos de exclusão, legitimando o papel de retroalimentação das desigualdades sociais, o qual a escola assumiu historicamente.

Destacamos essa experiência como essencial, também, para a formação dos estudantes de terapia ocupacional, uma vez que essa profissão cada vez mais vem se propondo a desenvolver práticas em escolas. Para tanto, é impreterível que atuais e futuros terapeutas ocupacionais se apropriem das questões próprias da educação, para que assim atuem em favor do papel da escola como um instrumento de transformação social e de emancipação dos seus sujeitos.

A experiência constituiu um papel de intervenção, ao mesmo tempo que de formação dos próprios estudantes de terapia ocupacional, os quais chegaram ao sexto período do curso ainda com as questões relacionadas à diversidade e diferença pouco resolvidas em si. Pois, ao se capacitarem para discutir tais temáticas, também passaram por um forte processo de sensibilização, desconstrução e reconstrução. Assim, puderam estabelecer um processo crítico e reflexivo intenso, até mesmo sobre a própria formação no que concerne a essas temáticas e aos direitos humanos, uma questão contraditoriamente central para a terapia ocupacional e para a sociedade.

Referências Bibliográficas

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita Benevides Soares. Cidadania e Direitos Humanos. *Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo*. s/d.

BOURDIEU, Pierre. Escritos de educação. Petrópolis, Vozes, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. Lei número 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. Conselho Nacional de Educação – CNE. Resolução número 1, de 30 de maio de 2012. *Estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos*. Brasília. 2012.

CHARLOT, Bernard. *Da relação com o saber: elementos para uma teoria*. Trad. Bruno Magne. Porto Alegre: Artmed, 2000.

LOPES, Roseli Esquerdo; BORBA, Patrícia Leme de Oliveira; TRAJBER, Natalia Keller de Almeida; SILVA, Carla Regina; CUEL, Brena Talita. Oficinas de atividades com jovens da escola

pública: tecnologias sociais entre educação e terapia ocupacional. *Interface comunicação saúde educação*, v.15, n.36, p. 277-88, jan./mar. 2011.

LOPES, Roseli Esquerdo; MALFITANO, Ana Paula Serrata; SILVA, Carla Regina; BORBA Patrícia Leme de Oliveira. Recursos e tecnologias em Terapia Ocupacional Social: ações com jovens pobres na cidade. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, São Carlos, v. 22, n. 3, 2014.

MALFITANO, Ana Paula. Contexto social e atuação social: generalizações e especificidades na terapia ocupacional. In: LOPES, R. E., MALFITANO, A. P. S. (Orgs.). *Terapia Ocupacional Social: desenhos teóricos e contornos práticos*. São Carlos: EdUFSCar, 2016. p.117-133.

PATTO, Maria Helena Souza. *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. Editora Tae, 1990.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). *Definição de terapia ocupacional*. 1997.